



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

16. POLÍTICA BRASILEIRA DE MINÉRIOS

PORTO VELHO, RO, 2 DE DEZEMBRO

NO PALACIO DO GOVERNO DO TERRITÓRIO.
DURANTE A VISITA QUE REALIZOU A RONDÔNIA.

Havendo tido a oportunidade de visitar outras regiões da Amazônia e expressar o que representam para o grandioso futuro do País, foi-me particularmente grato pousar, hoje, neste rico território, guarda avançada de nossas fronteiras. E nas demonstrações de aprêço com que me recebestes, não posso deixar de ver o reconhecimento pelas diretrizes da Revolução, cuja política tanto tem contribuído para a rápida e progressiva integração da Amazônia na vida nacional. Deixastes de ser assim um esquecido e abandonado pedaço do Brasil para receber e participar diretamente dos benefícios de uma orientação destinada a levar o progresso e a prosperidade às áreas mais distantes e ainda menos conhecidas dos brasileiros.

Não sei de melhor e mais justo caminho para tornar cada vez mais vigorosos os laços da comunidade nacional do que êsse de proporcionar a todos os brasileiros, seja qual fôr a latitude em que habitem em nosso território de dimensões continentais, a assistência constante e eficiente da União. No caso particular da Rondônia, dada a sua extraordinária potencialidade mineral, é natural que o Governo se volte de modo especial para as possibilidades da mineração. E bom exemplo disso é o que ocorre em relação à cassiterita, que, descoberta pelo esforço por vêzes heróico dos garimpeiros, é hoje objeto de profundo e meticuloso estudo por parte de técnicos especializados no emprêgo de novos e aperfeiçoados processos de pesquisa.

Ultrapassada, assim, a fase pioneira do desbravamento e da garimpagem, abrem-se, não apenas para a Rondônia, mas a tãda a região sul da bacia amazônica, promissoras perspectivas de atividade econômica baseada em melhores conhecimentos da geologia regional. E ao Governo é auspicioso assinalar tais perspectivas, resultantes da continuidade e segurança com que executa a orientação adotada para o problema da exploração da nossa riqueza mineral. Orientação da qual é instrumento básico o decreto relativo ao «Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil», que disciplinou e programou a longo tãrmo a pesquisa de base nesse importante setor da economia nacional.

Substituímos, assim, uma política em que, mais ou menos cegos, entregávamos ao acaso a descoberta de nossas minas. E graças a isso estou hoje habilitado a proclamar com inteira segurança o extraordinário futuro desta região.

Realmente, em curto prazo e vencendo inúmeras dificuldades, foi possível obter o conhecimento aerofotogramétrico da extensa área que vai da Rondônia ao Alto Tapajós e iniciar o seu mapeamento geológico. As primeiras conclusões dẽstes estudos são bastante animadoras, pois revelam surpreendente continuidade das formações geológicas regionais e constataam a mineralização entre as ocorrências aluvionares de alto teor trabalhadas pelos garimpeiros. São, portanto, promissoras as perspectivas de localização de grandes reservas, não apenas de cassiterita, mas, também, de ouro e cobre, que poderão ser economicamente desenvolvidas como minerações organizadas.

Cumpre, pois, o Governo o que enunciou em julho de 1964 como sua política de minérios, no sentido de chamar a si a função pioneira do conhecimento básico e do desbravamento, para oferecer, a seguir, oportunidade à ação da empresa privada. Cabe ao empresário privado doravante transformar os vastos recursos naturais revelados em riqueza efetiva a ser incorporada à economia nacional sob a égide da nossa legislação. Grande é a responsabilidade do empresário minerador nacional no aproveitamento da ação pioneira do Governo nesta região, porquanto os minerais que

aqui podem ser encontrados, particularmente o ouro, o cobre e a cassiterita, além de seu grande valor específico eram, até agora, considerados escassos no território pátrio, causando dispendiosas importações.

Sòmente a mineração organizada, com base na legislação específica e sob o contròle das autoridades competentes, pode tornar o País autosuficiente, até mesmo exportador dessas matérias-primas minerais, e, ao mesmo tempo, terminar com os problemas vários gerados pela exploração por processos primitivos e ineficientes e pela comercialização dispersa e irregular.

Constituem, assim, os recursos minerais desta região, particularmente no tocante à cassiterita, prova e desafio à capacidade do empresário privado no desempenho que lhe cabe no processo econômico da produção mineral. Entretanto, face ao interêsse já despertado e às notícias de seu conhecimento, o Govêrno tem motivos para acreditar no incremento, a curto prazo, da produção nacional de estanho, liberando o País da necessidade de importá-lo e tornar-se talvez exportador dêste valioso e escasso metal.

Mas, senhores, mencionando a produção mineral do Brasil e os resultados da política de minérios da revolução e, mais ainda, dos efeitos que já surgem da execução do plano mestre decenal, desejo transmitir algumas notícias, sem dúvida alvissareiras pelo que representam de novas perspectivas para substâncias minerais até então consideradas negativas quanto às possibilidades de auto-suficiência.

Assim ocorria com o amianto, particularmente o da variedade mais nobre e útil, denominada crisolita, cuja recente descoberta na região de Uruaçu, em Goiás, permite antever a auto-suficiência dêsse produto a curto prazo. Registro, também, a apuração das reservas de minério de zinco de vazante, em Minas Gerais, a qual revelou serem elas bastante amplas e capazes de atender às necessidades nacionais. Quanto ao cobre, segundo consumidor de divisas entre as substâncias minerais importadas, logo abaixo do petróleo, cumpre mencionar as animadoras perspectivas recentemente abertas com os trabalhos do Departamento Nacional da

Produção Mineral em extensa região da Bahia, que se prolonga dos limites com Minas Gerais, por tôda a margem direita de São Francisco, até a curva dêsse grande rio em direção ao mar. Trabalhos pacientes e meticolosos, realizados com prioridade absoluta, dada a extraordinária importância econômica e estratégica do cobre, permitiram assinalar diversas ocorrências de minério cujos estudos de viabilidade econômica já estão em curso por iniciativa de empresários interessados. Não será, portanto, utopia considerarmos a elevação da incipiente produção nacional de cobre, que ora mal significa 5% das necessidades do País, para um nível da ordem de 50% nos próximos cinco anos.

Às referências quanto a recentes conquistas no setor mineral, devemos juntar muitas outras, tanto relativas a descobertas novas como resultantes do desenvolvimento de descobertas anteriores, tais como potássio em Sergipe, o sal-gema em Alagoas e Sergipe, a apatita em Ipanema (São Paulo), o chumbo na Bahia, a bentonita na Paraíba, o ouro no Tapajós, o cobre no Rio Grande do Sul, para só mencionar as principais. Importante é assinalar que estas substâncias minerais, consideradas carentes no território nacional, são, de modo geral, escassas em todo o mundo, daí resultando o seu elevado valor.

De outro lado, sempre tivemos de enfrentar a circunstância perturbadora de serem nossas maiores reservas minerais, particularmente os minérios de ferro e manganês, também abundantes no mundo inteiro, condição que as sujeitam a permanentes pressões baixistas e torna sua comercialização extremamente difícil. Mas, também nesta área, pode o Governo dizer que a sua política de somar esforços próprios com os da iniciativa privada vem obtendo pleno êxito. No caso do minério de ferro, por exemplo, apesar da competição no mercado internacional, vem o Brasil ampliando suas vendas, que cresceram, tanto para os produtores privados quanto para a Companhia Vale do Rio Doce.

Graças ao apoio irrestrito a esta empresa, incentivando-a permanentemente e dando-lhe amparo direto nos momentos difíceis, pôde o Governo consolidar um instrumento de ação comercial extremamente forte e eficiente, capaz de enfrentar qualquer

concorrência de produtores internacionais. Para tanto, foram decisivas a construção, em tempo recorde, do pôrto de Tubarão, a modernização das minas e da estrada de ferro e a extensão desta pelo quadrilátero ferrífero de Minas. Complementando sua ação junto à Companhia Vale do Rio Doce, cuida o Govêrno, agora, de ajudar a emprêsa nos seus esforços para assegurar-se da independência de ação no transporte marítimo através de sua subsidiária DOCENAVE, fator preponderante para a conquista de novos mercados.

Fica, assim, demonstrada a amplitude e a penetração da ação do Govêrno Revolucionário no Setor Mineral, também suplementado por legislação tributária justa e adequada, inclusive com o importante incentivo ao empresário nacional representado pela dedução na renda bruta, para efeito de pagamento do impôsto de renda, das importâncias gastas na pesquisa mineral.

Colhemos assim os resultados decorrentes de uma orientação firmemente estabelecida, pois tudo foi perfeitamente planejado e previsto. É que tínhamos nítida idéia da correlação existente entre a pujança das grandes ações e o seu desenvolvimento no setor mineral. Por isso, ao falarmos, em novembro de 1964, no Espírito Santo, tivemos oportunidade de afirmar que «a produção mineral, quer se destine à industrialização no País, quer se encaminhe para a exportação, representa fator importante no processo de desenvolvimento nacional».

É, pois, para êsse desenvolvimento que irá contribuir vigorosamente o território da Rondônia. Melhor oportunidade, portanto, não poderia desejar, para sumária apreciação do que se fêz e se continua a fazer no tocante à mineração no Brasil, do que em visita a esta região, de tão largas possibilidades de recursos minerais. Cumpre agora que dobremos esforços no sentido da descoberta de novos recursos do nosso subsolo, e imediata transformação dos minerais em riqueza efetiva a incorporar-se à economia nacional para o seu fortalecimento e conseqüente melhoria do nível de vida de nossa população, objeto permanente das preocupações governamentais.

Desejo agora voltar-me para os sucessivos delegados do Governo Federal neste Território. Tenho o prazer de assinalar os resultados positivos da administração do Ten. Cel. José Manoel Lutz da Cunha Menezes, que, com tanto ardor e denôdo, enfrentou os difíceis problemas imediatamente posteriores a 31 de março de 1964. Ao atual Governador, Cel. João Carlos Santos Mader, registro os serviços de relêvo e de marcada eficiência que Rondônia já lhe deve.

E ao agradecer a quantos me acolheram tão efusivamente, desejo também assegurar que o esforço dispendido pelos que aqui habitam representará a segurança da ajuda progressiva da União. Ajuda que nos tornará cada vez mais próximos e cada vez mais identificados no trabalho em favor da grandeza nacional.